



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

HELOÍSA TAMIRIS OLIVEIRA TEZOLIN

**O ENSINO DE HISTÓRIA PARA AS ALUNAS E ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA (PB):
UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA (?)**

GUARABIRA – PB

2014

HELOÍSA TAMIRIS OLIVEIRA TEZOLIN

**O ENSINO DE HISTÓRIA PARA AS ALUNAS E ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA (PB):
UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA(?)**

Produção de Artigo como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação da Professora Ms. Simone Joaquim Cavalcante.

Orientadora: Prof^a. Ms.Simone Joaquim Cavalcante

GUARABIRA – PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL
DE GUARABIRA/UEPB

T335e Tezolin, Heloísa Tamiris Oliveira

O ensino de história para as alunas e alunos com deficiência auditiva no município de Guarabira (PB) [manuscrito] : uma experiência inclusiva (?) / Heloisa Tamiris Oliveira Tezolin. - 2014. 22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014. "Orientação: Simone Joaquim Cavalcante, Departamento de História".

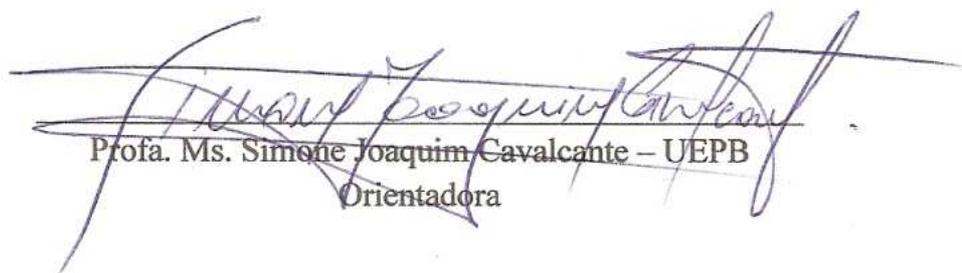
1. Ensino de história. 2. Deficientes auditivos. 4. Inclusão social. I. Título.

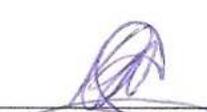
21. ed. CDD 371.225

HELOÍSA TAMIRIS OLIVEIRA TEZOLIN

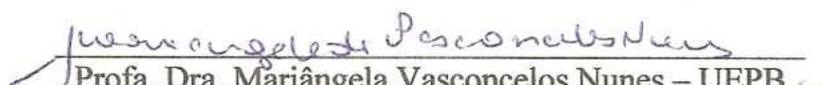
**O ENSINO DE HISTÓRIA PARA AS ALUNAS E ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA (PB): UMA
EXPERIÊNCIA INCLUSIVA(?)**

Aprovado em: 27/02/2014


Prof. Ms. Simone Joaquim Cavalcante – UEPB
Orientadora


Prof. Ms. Luciana Calisse – UEPB

Examinadora


Prof. Dra. Mariângela Vasconcelos Nunes – UEPB
Examinadora

O ENSINO DE HISTÓRIA PARA AS ALUNAS E ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA (PB): UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA (?)

Heloísa Tamiris Oliveira Tezolin¹

RESUMO

O presente artigo traz uma análise sobre a relação do Ensino de História para os deficientes auditivos na cidade de Guarabira especificamente no Centro Educacional Edivardo Toscano, mostrando a relação existente entre os (as) deficientes auditivos, os (as) docentes e as intérpretes. Apresenta como está sendo desenvolvido o processo de inclusão e, conseqüente desenvolvimento da aprendizagem desse grupo que, por décadas, foi segregado da comunidade escolar, mostra que a assimilação dos conteúdos de História por esse grupo é restrita a sua localidade, em que sua definição de tempo está vinculada ao presente (tempo presente) não conseguindo estes direcionar o seu olhar para um passado mais longínquo. A metodologia aplicada foi à aplicação de questionários, particularmente, com dois grupos: os deficientes auditivos e as intérpretes além de entrevistas com os (as) professores e a própria observação em sala de aula. Para este estudo dialogamos com alguns referências teóricas tais com: Lacerda (2005); Costa (2009); Magalhães (2003); Ferreira (2000) entre outros. Por fim consideramos que incluir não é só colocar dentro da sala de aula, mas está além dessa prática.

Palavras-chave: Ensino de História. Deficientes auditivos, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar às ferramentas didático-pedagógicas utilizadas em sala de aula pelos(as) professores(as) de História no Centro Educacional Edivardo Toscano, referente à transmissão e assimilação dos conteúdos de História para os (as) deficientes auditivos (as)², para isso a princípio foi elaborado uma entrevista (semi-estrutural) onde os (as) professores disponíveis da disciplina em questão responderam, na sequência providenciamos um questionário contendo quatro questões básicas para as intérpretes da instituição e por fim um questionário para os familiares e deficientes auditivos.

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente exerce a função de intérprete na Escola E. E. F. Dep. Gustavo Amorim da Costa.

²O termo deficiente auditivo ou surdo está sendo usado de forma geral, para os que têm pouca, média ou perda total da audição.

A escola trabalha com a perspectiva de educação inclusiva, neste sentido analisamos a forma como estão sendo ministradas as aulas da disciplina citada e como os (as) alunos (as) estão compreendendo os conteúdos de História.

As pessoas com deficiência auditiva, assim como outros grupos tais como: deficiências visuais, mentais e físicas, foram historicamente excluídas do acesso à educação formal, ou seja, a Escola. Nessa direção e com base nas análises e reflexões através das observações em sala de aula, de questionários aplicados com as intérpretes, com os deficientes auditivos e os familiares dos (as) estudantes; pretendo inferir que no cotidiano da sala de aula a ideia da inclusão ainda não ocorreu efetivamente, pois as pessoas com deficiência ainda encontram-se segregadas, de modo que mesmo hoje, tendo acesso à escola formal com a pretensão de inclusão, isto não acontece como pretendido.

Durante o período investigado (ano de 2012 e 2013) as aulas de História foram realizadas de maneira expositiva pelas professoras e professores da área (estes e aquelas têm formação acadêmica na área de Licenciatura em História) com o auxílio do livro didático. Como os (as) surdos (as) aos quais acompanho e os demais têm pouco domínio da Língua Portuguesa e os livros didáticos de História, por exemplo, não possuem nenhum conteúdo ou abordagem na Língua de Sinais, a função da intérprete³ é selecionar os fatos mais importantes a serem sinalizados até porque diante da investigação ficou claro que a visão histórica dos (as) alunos (as) auditivos (as) é restrita a sua localidade (História Local), os conteúdos de História do Brasil e História Geral não são bem assimilados por este grupo, embora, trabalhados em sala de aula.

Para os (as) deficientes auditivos (as) da escola citada, a ideia de passado é complexa, eles (as) não conseguem fazer esse deslocamento temporal. Trabalhar com o passado requer uma melhor qualificação por parte dos (as) professores (as) e das intérpretes e o uso de recursos didáticos que auxiliem nessa aprendizagem. Com os (as) deficientes auditivos (as) é louvável que problematize o passado de maneira mais sucinta, pois as interpretações muito extensas de fatos históricos tornassem enfadonhas, por isso é importante que a intérprete reflita o passado a partir de uma discussão do presente. Vale salientar que a discussão do *tempo presente* como elemento de estudo da História por um longo período não foi bem aceito dentro das academias, segundo Hobsbawm (HOBSBAWM *apud* FERREIRA 2000, p.120) “o tempo presente é o período durante o qual se reproduzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado”. Esse tempo leva-nos a investigar o

³ Na escola citada os profissionais da Língua de Sinais no período investigado são todas mulheres.

que aconteceu no tempo passado e que tem reflexos na contemporaneidade e lembrar que para alguns grupos como é o caso dos deficientes auditivos é esse tempo (o presente) que importa.

Durante a análise verificamos que há uma falta de preparo para atender essa clientela, os (as) professores (as) de História dependem efetivamente da intérprete para se comunicar, ensinar e avaliar esses (as) estudantes. Com isso, o (a) profissional de Sinais tem que ser muito ético para auxiliar os (as) educadores (as) regentes, uma vez que seu recorte temporal pode delimitar ainda mais o conhecimento histórico dos (as) auditivos (as).

Portanto este estudo tem como objetivo central analisar e refletir sobre as práticas pedagógicas dos (as) professores (as) de História referentes às pessoas com deficiência, especificamente, os (as) deficientes auditivos; mostrar a função da intérprete, buscando constatar se existe de fato nesse ambiente escolar uma inclusão efetiva ou passageira e como o conteúdo de História é apreendido por este grupo.

Caracterização da Escola

O Centro Educacional Edivardo Toscano está localizado na Rua Desembargador Pedro Bandeira, s/n, Rosário em Guarabira-Pb, tem uma direção geral é auxiliada por dois vice-diretores, coordenadora pedagógica e especial⁴. A escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), tem um quadro de funcionários formados por 70 pessoas entre efetivos e prestadores de serviço (professores e professoras, intérpretes, cuidadoras e servidores), o número de estudantes matriculados é de 659 entre meninos e meninas distribuídos nos horários de funcionamento. Dentre esses 81 são alunos (as) com deficiência das mais diversas.

De acordo com os laudos médicos disponíveis na escola as deficiências são: física, mental, auditiva, visual, intelectual, múltiplas, síndrome de West⁵ e transtorno psicológico, é bom deixar claro que na escola existem alunos (as) que não foram diagnosticados por especialistas da área da saúde, portanto não possui laudo médico. Em contrapartida, a matrícula pode ser efetivada automaticamente, de modo que posteriormente o (a) aluno (a) deverá passar por uma triagem multiprofissional (composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) pertencente ao quadro de funcionários da escola e depois se destinará a um profissional da área da saúde para conseguir o laudo, é bom deixar claro que o laudo médico

⁴ A função da coordenação especial é justamente acompanhar o desenvolvimento cognitivo dos deficientes.

⁵ É um tipo raro de epilepsia ocasionada geralmente em crianças com menos de um ano de idade e provoca atraso psicomotor.

não é obrigatório, mas é essencial, pois contribuirá na adequação do currículo escolar para melhor atendê-los e no recebimento dos direitos a eles destinado como exemplo, o transporte.

A instituição escolar funcionada seguinte forma: no turno da manhã, a série inicial (Ensino Fundamental I do 1º ao 5º ano); no turno da tarde, a escola trabalha com a série final (Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (nesta modalidade de ensino oferecia somente o 1º ano), por fim no período noturno a escola atua com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), durante os turnos manhã e tarde a escola recebe alunos (as) deficientes que estão distribuídos entre as mais variadas séries, esses (as) alunos (as) são acompanhados pelas intérpretes (surdos), instrutora de Braille (visuais) e cuidadoras (para as demais deficiências).

A instituição têm dez salas de aula, uma sala de Informática funcionando ativamente com o projeto Mais Educação; 01(uma) sala do AEE – Atendimento Educacional Especializado (sala de recursos múltiplos para receber os (as) alunos (as) deficientes e com déficit de aprendizagem); uma Biblioteca (que funciona mais para guardar livros do que como fonte de estudos e pesquisa); uma sala para Secretaria, uma sala para Diretoria, sala dos professores (as), coordenação pedagógica, cantina, sala onde fica a rádio escolar⁶; um banheiro masculino e um feminino, além de outro banheiro para os (as) professores (as) e um auditório. A escola também possui transportes à disposição especialmente dos (as) deficientes para todo deslocamento dentro e fora da cidade e outros. A instituição é constituída de um espaço amplo que possibilita a mobilização com facilidade dos (as) alunos (as); as salas de aula são espaçosas, com carteiras e cadeiras em bom estado de conservação, a pintura interna e externa é agradável, seus banheiros e bebedouros são limpos.

Dentre as exigências estabelecidas por órgãos defensores dos deficientes, a escola possui rampas de acessibilidade do lado esquerdo e corrimãos, portas largas, mesas adaptadas para os (as) alunos (as), no entanto consideramos que essa estrutura ainda é insuficiente para atender a essa clientela (ou seja, dentro do que é exigido no quadro de prioridades como, por exemplo, marcadores visuais, sinalizadores, piso tátil, entre outros).

A instituição foi projetada como modelo de integração dos (as) alunos (as) com deficiência para a cidade de Guarabira (PB), porém com o tempo ela começou a receber pessoas deficientes de outras localidades, mas a ideia da nova gestão é distribuir em 2014 os (as) alunos (as) deficientes⁷ para outras escolas mais próximas das residências, além de buscar formular acordos com as prefeituras que têm alunos (as) matriculados nesse estabelecimento

⁶ A escola tem uma rádio escolar que funciona nos intervalos trazendo informes da escola, músicas, eventos entre outros.

⁷ Inúmeras denominações foram usadas para se referir a essa clientela, como exemplo: portador de necessidades especiais, pessoas especiais, portador de deficiência e deficiente que é utilizado atualmente.

que tome para si a responsabilidade desse ensino, é bom deixar evidente que a Escola Edivardo Toscano recebe alunos (as) de outras cidades do Estado como Mari, Pilões, Cuitegi⁸.

Caracterização da turma: conhecendo a realidade

A turma investigada é a do 6º ano C, formada aproximadamente por 25 alunos, sendo inseridos nesse número os (as) deficientes auditivos (as), físico e mental leve, que frequentam a sala de aula. A faixa etária varia dos 11 até os 40 anos de idade. Percebe-se que a turma em sua maioria é desinteressada nos estudos, barulhenta, desmotivada, são adolescentes com sérios problemas familiares e sociais, que em muitos casos estão neste ambiente devido aos programas que o governo oferece.

A maioria dos estudantes mora na periferia da cidade, são pessoas desprovidas de recursos financeiros, em grande parte não têm o que se alimentar para ir à escola, mas ao estarem em sala de aula junto com os (as) deficientes alguns os acolhem da melhor maneira possível, ajudam no que for necessário, tratando-os de maneira amorosa, de forma igualitária. Vale deixar claro que não são todos os (as) alunos (as) ditos “normais” que tem esse comportamento, assim, durante o ano letivo, analisado verificou a elaboração e culminância de projetos com a temática sobre respeito, às diversidades, buscando desenvolver nós (as) alunos (as) uma consciência social de que somos iguais perante a lei e, que os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 são destinados para auditivos e ouvintes.

As práticas pedagógicas na sala de aula

A partir das observações, da análise dos questionários aplicados, bem como da minha experiência como intérprete de Língua de Sinais e estudante de História, verifiquei que dentro das salas de aula que recebem os (as) surdos (as) é necessária uma atenção maior por parte dos gestores de modo geral, pois devido a perda da audição, os (as) estudantes podem sentir-se limitados na acumulação do conhecimento (capital cultural mais amplo), assim confiamos que a utilização de imagens, desenhos, cartazes e outros recursos didáticos contribuiriam bastante no processo ensino-aprendizagem dos mesmos referentes aos conteúdos ministrados, esses recursos também facilitariam o trabalho das intérpretes, principalmente, no que diz respeito à comunicabilidade e assimilação do conteúdo.

⁸ Os municípios citados recebem verbas para atender essa clientela, mais acabam direcionando esses alunos (as) para outros locais.

Ao ser questionado (a) sobre o papel do intérprete na sala de aula, alguns (as) professores (as) argumentaram que é função do intérprete selecionar os recursos metodológicos que auxiliem na aprendizagem dos (as) auditivos, salientamos que dentro de um ambiente escolar o (a) intérprete carece está inserido (a) nessa perspectiva, mas não deve ser sua a responsabilidade total sobre a aprendizagem do (a) aluno (a), ela necessita está em sintonia com o (a) professor (a) regente para buscarem juntos recursos que melhorem o desempenho dos discentes.

Dentro da Instituição analisada, a relação professor (a) e intérprete estão arquitetando-se, esses (as) profissionais não delimitaram na prática o posto de cada um com relação aos deficientes auditivos, levando em alguns momentos a uma situação meio embaraçosa dentro da escola, porém em se tratando dos alunos(as) surdos(as) a presença do(a) intérprete em sala de aula pode provocar em algumas circunstâncias o distanciamento do(a) aluno(a) deficiente com o (a) professor(a) e o contrário, pois para o(a) auditivo o(a) ILS (Intérprete de Língua de Sinais), é a pessoa com a qual se comunica diretamente e deposita sua total confiança, além disso, a presença do ILS confundem a relação família e escola, pois os pais de alunos(as) surdos(as) procuram em um primeiro momento os(as) intérpretes para se informarem sobre o desempenho escolar dos(as) seus filhos(as), por isso é importante que o(a) professor(a) regente tenha conhecimento da Língua de Sinais, busque aperfeiçoamentos na área de educação inclusiva, o que promoverá um melhor entrosamento entre os mesmos.

A professora e/ou professor de História diante da ampliação dos objetos de estudo

A transmissão de conhecimento sempre esteve presente no território brasileiro, inicialmente com a presença dos Jesuítas buscando catequizar os povos nativos através do Latim. Com o passar dos anos a transmissão de conhecimento ficou sobre a função da escola que se tornou elitizada, religiosa, de memorização e eurocêntrica.

De acordo com Thais Nívea de Lima Fonseca (2003, p.16), após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a promoção da população as políticas educacionais expandiu, com isso surgiram incoerências sobre este ambiente que deveria promover a igualdade, a liberdade, à abertura para todos os grupos, mas em alguns momentos o ambiente escolar desempenha atitudes adversas.

É a partir dessas introduções que os (as) deficientes auditivos (as) e demais deficiências são englobados no sistema educacional. Para os educadores a inovação na admissão dessa nova demanda é complexa, pois a grande maioria dos (as) professores (as) não

foi preparada para o acolhimento dos deficientes. Levando em consideração as conversas com os (as) docentes do Centro Educacional Edivardo Toscano, eles (as) afirmam sentir muitas dificuldades nesse trabalho devido a lacunas existentes em sua formação e dizem serem privilegiados por terem o auxílio dos (as) intérpretes, que sem esses profissionais a situação seria mais complicada.

Sabemos o quanto o campo de pesquisas historiográficas é amplo, mas a falta de estudos referentes à temática do ensino de História para os (as) deficientes auditivos (as) em pesquisas acadêmicas, nos deixa cravado mais uma lacuna no campo da disciplina de História, com isso ficando difíceis as desconstruções e possíveis modificações nesse objeto de estudo, é com esse pensamento que lanço a ideia de estudo, análise e pesquisa sobre a inclusão, a partir da perspectiva dos (as) intérpretes, sobre a aquisição de conhecimento histórico pelos (as) deficientes auditivos (as) no setor acadêmico e a manutenção de um sistema de ensino que venha modificá-los para o crescimento educacional e social.

Um pouco do histórico dos surdos no mundo

Na Antiguidade os surdos eram vistos de maneiras diferenciadas, na Grécia e em Roma eram tidos como ‘não humanos’ sem direito a escolaridade, não podiam frequentar os mesmos ambientes que os demais habitantes, em alguns locais eram abandonados ao relento quanto recém-nascido ou arremessado de penhascos como forma de se livrarem, mas essa ideia era relativa, pois em outras localidades como no Egito estavam colocados como divindades (VELOSO & MAIA, 2009).

Na Idade Média a instituição importante para a manutenção da discriminação desse grupo foi a Igreja Católica, mas foi a própria Igreja com o advento do Cristianismo que começou a promover ensinamentos aos surdos através dos monges, pegando como foco as passagens bíblicas que revelam Jesus curando os deficientes. Os religiosos montaram uma linguagem gestual com a qual se comunicava com esse grupo, o principal objetivo desse trabalho era evangelizar, salvar a alma dos (as) auditivos (as) que eram vistos até a ocasião como impuros (VELOSO & MAIA, 2009).

Durante o século XV na Europa pessoas com deficiência passaram a ser alvo do campo medicinal, os profissionais desenvolveram pesquisas e estudos buscando identificar as causas, curas e consequências das patologias como eram identificadas as deficiências na

época. No século XVI aparecem personagens como Girolamo Cardoso⁹ afirmando que o (a) surdo (a) é capaz de aprender e que era um crime não instruir esse grupo, desconstruindo a ideia que em momentos anteriores foi instituída (VELOSO & MAIA, 2009).

Já no século XVII, cresceu o número de pessoas destinadas a ensinar os (as) surdos (as) porque para ter direito a herança era necessário que soubesse ler, segundo relatos algumas famílias tradicionais tinham como primogênitais pessoas com deficiência auditiva, isso implicava a necessidade de aprendizagem por parte dos mesmos, portanto o aumento foi perceptivo. Durante o século XVIII educadores se reuniram e lutaram pela aceitação da Língua de Sinais como forma de comunicação, um dos personagens importante foi Charles Michel de L'Épè¹⁰, ele aprendeu Libras e criou a primeira escola pública para surdos na França, mas precisamente em Paris. Coursou Direito tornando-se dentro dos tribunais um grande defensor dos (as) surdos (as) (VELOSO & MAIA, 2009).

Em 1880 aconteceu o primeiro Congresso destinado aos surdos, o Congresso de Milão, nele foi estabelecido que o melhor método para desenvolver a aprendizagem do (a) surdo (a) era através da oralidade, sendo proibida a utilização da Língua de Sinais. A partir dessa constituição pode ser levantada uma forte discussão, esse modelo de aprendizagem foi escolhido pelos auditivos, segundo relatos durante esse evento só participaram dois surdos o restante eram ouvintes. Como os ouvintes (a maioria presente) poderiam escolher a melhor alternativa para os surdos (minorias), se não tiveram espaços para dar a sua opinião. Nesse evento percebemos a imposição de um grupo sobre o outro, na história esses episódios são constantes, onde os “maiores” escolhem pelos considerados subalternos ou menores (VELOSO & MAIA, 2009).

A Língua de Sinais passou a ser reutilizada em 1970 em países da Europa, mas com uma ressalva: *deveria ser empregada acompanhada da linguagem oral*, na Contemporaneidade o método mais empregado para a aquisição de conhecimento defendido pelos (as) deficientes auditivos é o bilinguismo¹¹, usando a Libras como primeira língua (materna) e a Língua Portuguesa como segunda alternativa, com isso deixaram claro que os (as) surdos (as) não são obrigados a conhecer e dominar o Português com sua regra padrão, eles (as) devem se preocupar a princípio com a sua linguagem materna, mas morando em um país cuja língua oficial da “superioridade” quantitativa é o Português é formidável que tenham o conhecimento básico do Português.

⁹ Um famoso médico italiano que nasceu em 1501 e faleceu em 1576, deixou forte contribuição no campo da medicina.

¹⁰ Nasceu em 1712 e faleceu em 1789, é considerado o “pai dos surdos”.

¹¹ Pessoa que usa mais de uma Língua. (Libras e Português), essa temática tem um campo de pesquisa limitado.

Surdos no Brasil: um pouco da história

A educação para surdos iniciou no Brasil com a chegada do educador H Ernest Huet¹² (1855), não existindo aqui um espaço adequado para essa atividade, ele solicitou do então imperador do Brasil, D. Pedro II, um lugar fixo com condições para acolher essa clientela. Em 26 de setembro de 1857 foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos¹³ localizado na cidade do Rio de Janeiro, atualmente INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos) local de referência nacional (VELOSO & MAIA, 2009).

Seguindo o modelo europeu o Instituto fez uso da Língua de Sinais no começo de sua abertura, depois modificou para o oralismo, essa metodologia perdurou por muito tempo e de acordo com algumas posições a respeito desse procedimento, esse período é visto como retrógrado para o (a) surdo (a), pois muitos profissionais acreditavam que os (as) deficientes auditivos (as) poderiam desenvolver a fala e para isso técnicas foram utilizadas que deploravam os deficientes auditivos e na sequência nada foi comprovado (VELOSO & MAIA).

No século XX organizações foram implantadas em defesa desse grupo, pequenas produções acadêmicas foram elaboradas, a mídia fez uso do estenótipo¹⁴ eletrônico para facilitar a assimilação dos programas televisivos, todas essas conquistas são consideradas um amplo avanço para esse grupo.

No fim da década de 70 do século passado, começa a ser divulgada a Educação do surdo a partir do bilinguismo, mas foi somente em 2005 com a instituição do Decreto 5.626/05 que essa ideia ganhou força, a implantação do Bilinguismo nas escolas é aceita pela comunidade surda (opinião defendida pelos (as) surdos (as) onde buscam a introdução de uma escola só para eles até o quinto ano do Ensino Fundamental I, com o uso exclusivo da Língua de Sinais, após o ingresso no sexto ano do Ensino Fundamental II pode ser utilizado o Português junto com a Língua de Sinais, e os (as) alunos (as) deficientes devem ser inseridos nas salas regulares). Embora alguns professores e demais funcionários das escolas não conheçam atualmente o seu significado, essa ideia está sendo propagado pelo Brasil, na Paraíba ganha respaldo a partir do ano de 2010, os (as) deficientes auditivos (as) veem

¹² Professor francês, surdo que veio ao Brasil através de convite do D. Pedro II.

¹³ Dentro de instituições que recebem deficientes auditivos esse termo está em desuso porque argumentam que o surdo tem uma língua que é a Libras.

¹⁴ De acordo com o dicionário Aurélio são abreviações que se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez que se fala.

fazendo movimentos em tribunais, câmaras de vereadores, buscando chamar a atenção para essa problemática.

No começo do século XXI (2006) foram instalados no Brasil cursos de licenciatura na modalidade de LETRAS/LIBRAS e depois em bacharelado, esses cursos tornaram-se a abertura para os (as) surdos no universo universitário. Na Paraíba temos a Licenciatura sendo oferecidos pela UFPB-VIRTUAL em diversos pólos do Estado, cursos técnicos disponíveis em estabelecimentos privados e na FUNAD¹⁵ e, também especializações na área de Educação Inclusiva com habilitação em Libras, alternativas para crescimento educacional tanto dos deficientes auditivos como de ouvintes que se interessam pelo assunto.

Dentro das escolas que recebem os (as) deficientes percebe-se uma divulgação da LIBRAS. Ela tem-se tornado um forte atrativo, mas não tem sido tão significativo para a aprendizagem do (a) surdo (a), pois em algumas circunstâncias os próprios auditivos têm domínio restrito de sua Língua materna, devido a fatores como: déficit de aprendizagem, ou não frequentaram locais específicos a exemplo da FUNAD-órgão responsável na Paraíba para ensinar a Língua de Sinais e outros, dificultando o processo ensino-aprendizagem. Além disso, a capacitação para os (as) intérpretes é delimitada em especial nas cidades do interior, ficando estreitamente direcionado a Fundação de Apoio aos Deficientes, a internet ou cursos de cunho particular. A habilitação destinada aos docentes também é mínima, ficando muitas vezes na mesma situação das intérpretes.

Uma análise: inclusão (?)

Segundo Valdelúcia Alves da Costa (2009) a História na Contemporaneidade, enquanto área de conhecimento tem a função de revelar os silenciamentos impostos aos indivíduos com deficiência auditiva, mostrar as experiências que foram negadas a esses deficientes pelas instituições escolares e discutir o que vem sendo feito para a permanência deles nas escolas, em especial nas salas regulares.

Portanto esse projeto de pesquisa tem a intenção de discutir o modo como a disciplina de História está sendo ministrada pelos professores (as), transmitida pelos (as) intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada em 2002 com a Lei 10.436 a qual ganhou legitimidade e respaldo em diversos setores sociais, mas só foi regulamentada a partir do decreto de número 5626/05 (que estabelece à educação bilíngue, a formação de profissionais com nível superior, a ampliação do surdo nas escolas e no mercado de trabalho), e assimilada

¹⁵ Fundação de apoio ao deficiente, localizado no estado da Paraíba na cidade de João Pessoa.

pelos (as) deficientes auditivos (as) no Centro Educacional Edivardo Toscano, na cidade de Guarabira, que recebe essa nova demanda de educando há aproximadamente 10 anos.

A escolha da temática partiu das observações por mim desenvolvidas durante este processo de formação acadêmica no Curso de História, e também intérprete (profissão reconhecida em setembro de 2010 com a Lei 12.319) de LIBRAS do Centro Educacional Edivardo Toscano localizado na cidade citada. Neste Centro acompanho quatro deficientes auditivos numa turma de 6º ano. As observações foram realizadas ao longo do ano letivo de 2012 e 2013, neste sentido, venho notando as formas como são realizadas as aulas de História e conclui no decorrer da minha análise que a teoria está muito distante da prática e que será necessário buscar maneiras mais adequadas para um melhor desenvolvimento do ensino desse grupo.

Portanto, isso nos leva a fazer outra reflexão: como estão sendo trabalhadas essas novas abordagens nos cursos de licenciatura? Como os (as) profissionais de História estão sendo preparados (as) para receber esse alunado? Enfatizando, principalmente, a UEPB – Campus III da qual sou aluna, lembro que a LIBRAS, que é um componente curricular a ser inserido no Plano Político Pedagógico das Instituições de Ensino Superior em todo país nos próximos anos (o componente curricular de Libras está inserido no PPP do curso de História), mas ainda não tem sido colocado em prática¹⁶.

Cotidianamente ouvimos falar em *inclusão* em todos os setores e, principalmente, na área da Educação, essa postura de incluir pessoas com capacidades diferenciadas nas escolas ganhou força no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 208 que diz: “É dever do Estado manter um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”, este artigo vem estabelecer à legalidade dos (as) deficientes frequentarem as instituições escolares, além de propor quebra de paradigmas consolidados no modelo educacional tradicional, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96 em seu artigo 58 afirma: “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. De acordo com a legislação educacional é de preferência que esse ensino seja ofertado pelo Estado, isso não quer dizer que as escolas da rede Privada de Ensino não possam inserir essa nova proposta em sua grade curricular e

¹⁶Claro que a nossa intenção não é fazer a crítica pela crítica, mas pensamos coletivamente quais os caminhos tomarmos frente a esta realidade.

práticas de ensino, pelo contrário, deve ser essencial uma vez que a inclusão é lei, como também proporciona cumprimento dos direitos à cidadania e a inserção social.

A ideia de inclusão e adaptação das escolas para receberem esses (as) alunos (as) deficientes ganhou força entre os anos 1980 e 1990 no âmbito nacional, a partir do incômodo de familiares ou das pessoas com deficiência serem tão expelidos pela sociedade. Durante séculos os (as) deficientes foram colocados para fora da corporação social, foi a partir de pesquisas na área da saúde que os (as) deficientes foram galgando espaços, os discursos médicos afirmavam que eram pessoas com necessidades diferenciadas e, não seres incapazes de frequentarem ou se adaptarem a ambientes diversos.

No campo da História, essa temática ganhou força a partir do movimento dos *Annales* que possibilitaram aberturas para novas pesquisas, dando voz e espaço àqueles que foram historicamente silenciados. Sei que tornar a inclusão efetiva não é algo imediato. É um processo que requer comprometimento de diversos setores, como político, social, educacional, do campo das ciências médicas, entre outros.

A inclusão tem como intenção educacional meditar as atitudes instituídas ao longo do tempo referente aos aspectos dos (as) alunos (as) escolhidos para frequentarem a escola, provocando geralmente a introdução ou eliminação dos (as) estudantes nesse local, pois por muitos anos pessoas foram deixadas de fora desse espaço que deveria acolher, visto que sua função é introduzir todos como manda a LDB 9394/96 que proclama: “educação para todos”.

Durante algum tempo os órgãos responsáveis pela coordenação da educação dividiram as salas de ensino em regulares e especiais, colocando também essa denominação nos (as) alunos (as), o que provocou uma separação na comunidade escolar. Em um lado estavam aqueles (as) que um grupo considerava “normal” – esses (as) alunos (as) aparentemente não apresentavam nenhuma patologia ou mesmo deficiência; no outro, aqueles (as) que denominaram de “anormais”, se enquadrando nesse segundo grupo os (as) deficientes, por isso, diversos debates e pesquisas surgiram na sociedade, sobretudo, a partir dos responsáveis pela defesa dos grupos de “pessoas com deficiência” para eliminar com essa divisão ou ao menos diminuí-la, porque desencadeava uma desigualdade social e escolar.

Mas com o projeto de abranger todos em um mesmo espaço e, sob a égide do aparato legal, a busca pela inclusão aumentou bastante no Brasil, sua aplicação começou a ser efetivada, vale salientar que só o fato de incluir alunos (as) deficientes em uma sala regular não garante a sua aprendizagem é necessário centenas de atitudes. Embora tenhamos que levar em consideração alguns desafios quando abordamos a questão da inclusão no espaço escolar, visto que nem todas as pessoas que lá atuam estão devidamente preparadas para tal

perspectiva, como é o caso dos (as) professores (as) de História analisados, quando levamos em conta a relação ensino-aprendizagem, mas a ideia de incluir é positiva e traz benefícios se for bem executada.

Existem provocações a serem enfrentadas como uma melhoria na qualificação dos profissionais que atuam na área principalmente os professores (as), a partir da elaboração de cursos, seminários, palestras direcionadas a todos os funcionários da instituição, adequação da estrutura física para um melhor acolhimento, direcionamento de recursos financeiros para compras de materiais pedagógicos que contribuam para o desenvolvimento cognitivo do (a) aluno (a), participação efetiva de profissionais da saúde (como prevê a lei) nas escolas de educação inclusiva, introdução concreta dos pais na escola, são atitudes que ajudariam a efetivação do processo inclusivo nas instituições escolares, em especial no Edivardo Toscano (caso de estudo).

Incluir dentro das escolas indivíduos que por muitos anos foram deixados de fora é romper com padrões estabelecidos, é quebrar modelos construídos nas instituições de ensino; é mostrar que cada pessoa tem sua habilidade de aprender; é dar lugar para que as narrativas subterrâneas, ou seja, aquelas que parecem ter pouco ou nenhum valor sejam construídos, a partir dessa introdução.

As escolas que aderirem à inclusão devem elaborar o seu Projeto Político Pedagógico com todas as pessoas indicadas para participar dessa organização e, neste documento, deixar evidente que não haverá naquele espaço escolar separação discriminatória entre “normais” e “especiais”, que todos serão colocados em salas regulares e, só não será promovido à sala regular o (a) aluno (a) deficiente que não se adequar ao ensino devido às suas condições físicas, mentais e intelectuais, como estabelecido na LDB (1996) em seu inciso segundo: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Sabemos o quanto promover a inclusão é complexo, isso porque parto da ideia de incluir alunos (as) com deficiências (físicas, visuais, auditivas, mentais e outras) em salas regulares com o desígnio de gerar a diminuição dos atos discriminatórios e torná-los seres “iguais” aos demais. Mas analisando o local em que trabalho, deparo-me com as lacunas existentes na formação dos (as) professores, no que diz respeito, à forma de lidar com os deficientes e suas limitações, a falta de um currículo e planejamento apropriado para ambos os públicos, a estrutura insuficiente para atender os deficientes, o desinteresse por parte da gestão

local a qual poderia oferecer melhores condições, além de outros problemas, que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem desse grupo e, conseqüentemente, a não inclusão.

A escola que os deficientes auditivos e demais deficiências precisam não é uma escola inimaginável; é uma instituição que ofereça recursos para seu desenvolvimento, é um espaço onde sua Língua possa fluir livremente, onde as pessoas que nela trabalham ou frequentam tenham pelo menos a noção mínima da Língua de Sinais, tornando o ambiente mais acolhedor.

A ideia de um espaço escolar inclusivo é inserir os deficientes sem que haja nenhum limite ou impossibilidade, por isso a escola deve ter conhecimento de todas as Leis, Decretos e Normas que regem esse espaço e uma delas é a Lei de Acessibilidade 10.098/2000, que mostra como é o espaço adequado para cada tipo de deficiência de forma geral. Esse conhecimento aprofundado contribuiria para o desenvolvimento dos grupos vinculados neste trabalho.

Para obter uma escola efetivamente inclusiva, as mudanças não podem somente acontecer dentro das salas de aula, precisam ser transpassadas para outros ambientes, e isto vai exigir uma nova elaboração no currículo escolar, no planejamento mais adequado a todos os (as) alunos (as), a estrutura da instituição escolar deve estar adaptada às necessidades de cada estudante, portanto uma escola com perspectiva inclusiva exige um comprometimento por parte de todos os membros que formam esse ambiente de forma interna e externa.

Constituída enquanto escola inclusiva, a direção necessita se preocupar em proporcionar cursos de capacitação para o quadro docente de forma que venha a contribuir com a relação professor-aluno, deve estimular a teoria de que cada estudante aprende a seu tempo, de sua maneira, isso facilitará o trabalho do (a) professor (a) com os (as) deficientes auditivos, promover palestras, seminários enfatizando a semelhança e o respeito mútuo entre os (as) alunos (as).

De acordo com Costa (2009), a escola que buscamos para os (as) deficientes é aquela acessível, que não esteja desvinculada da escola regular, porque o que propõem a Declaração de Salamanca realizada em 1994, a Declaração sobre Educação para Todos (1990) e a Convenção dos Direitos das Crianças (1990), é que as dificuldades sejam aceitas e que todos possam ter direitos ao mesmo tipo de educação.

No campo da História, no século XX e início do século XXI, observamos uma mudança nos temas abordados como fonte de pesquisa, o questionamento que Marcelo de Souza Magalhães (2003) nos faz: *por que ensinar história hoje?* Leva-nos a refletir a respeito de quantos fatos foram silenciados e quantos grupos foram segregados por determinadas

alianças, buscando uma valorização desses indivíduos e a formação de uma identidade ou de identidades.

Ao escolher a temática, foi realizado um levantamento de quantos alunos e alunas deficientes frequentam as salas de aula e o número de intérpretes de LIBRAS. Para isto constatei que: a Escola Edivardo Toscano possui oito intérpretes e duas professoras de Língua de Sinais pertencentes ao quadro efetivo (neste ano essas professoras estão ministrando aulas de Libras para os demais estudantes), as intérpretes estão distribuídas do 5º ano ao 1º ano do Ensino Médio; Na sequência do projeto foi elaborado um questionário contendo quatro questões básicas para as intérpretes e outro para as famílias dos (as) deficientes auditivos (as) que acompanhei. É bom deixar claro que responderam aqueles (as) que se dispuseram, em seguida conversamos com os professores de História referente à temática.

Análise dos questionários: a fala das intérpretes

Como base para essa pesquisa foi elaborado um questionário contendo quatro perguntas fundamentais para as intérpretes do Edivardo Toscano, as perguntas foram: 1- Em sua opinião quais as maiores dificuldades existentes na realização do trabalho? 2- Relacionado à disciplina de História qual o grau de conhecimento dos alunos auditivos? 3- Quais fatos históricos eles lembram ou conhecem? 4- Descreva o comportamento dos professores de História relacionado à aprendizagem desses alunos?

Conforme as mesmas o ingresso tardio dos (as) auditivos (as) na escola é um dentre tantos problemas a serem enfrentados no âmbito escolar, para uma melhor concretização da aprendizagem dos mesmos na instituição de ensino.

Segundo as intérpretes, os (as) deficientes auditivos (as) analisados levaram muitos anos para frequentarem as salas de aula, sua faixa etária estão fora do padrão estabelecido pela educação para as séries que frequentam, o que dificulta na assimilação dos conteúdos. Além disso, muitos não têm domínio de sua Língua Oficial, pois o local que fornece a base para essa aprendizagem (FUNAD) fica em João Pessoa, localidade onde muito deficientes auditivos, não frequentam¹⁷. Referindo-se ao retardamento no ingresso as escolas pelos (as) surdos (as) se deve ao fato de que a principio esse ambiente não dava abertura para essa clientela, e muitas famílias tinham vergonha de assumir ou expor os seus parentes à sociedade.

¹⁷ Geralmente não frequentam devido a fatores como: falta de transporte, a falta de recursos financeiros, a família não permite ou não os acompanha na viagem e outros.

Para as intérpretes, o grau de conhecimento histórico para os (as) alunos (as) surdos (as) é restrito; eles (as) conhecem fatos soltos relacionados à História de Guarabira e pequenas informações sobre o Brasil. Esse desconhecimento é vinculado a inúmeras dificuldades e uma das mais graves é o despreparo dos profissionais da educação, inclusive da área de História, para trabalhar com esse público.

Nas escolas que recebem os (as) deficientes auditivos, os (as) professores de História não elaboram o planejamento juntos com os (as) intérpretes; muitas vezes chegam de última hora e dizem o conteúdo, o que dificulta o ato de interpretar, pois dentro da língua portuguesa, por exemplo, podem existir palavras que não contenham sinais em Libras, o (a) intérprete pode não conhecer o assunto trabalhado, ou o conteúdo esteja muito distante da realidade do (a) aluno (a) deficiente. Com a informação instantânea do assunto, o (a) intérprete não tem como buscar recursos que auxiliem numa melhor aprendizagem dos deficientes.

Segundo Lacerda (2005), o ato de planejar as aulas em conjunto com as (os) intérpretes de sinais permitiria:

Que as intérpretes colaborassem discutindo possibilidades de certos conteúdos serem abordados, considerando seus conhecimentos sobre surdez/falta de audição, o modo de significar com os alunos surdos que ela acompanha mais de perto e, ao mesmo tempo, facilitando seu desempenho como intérprete, já que conhece os argumentos antecipadamente. Nesse contexto, ressalta-se que o acesso anterior às informações que serão interpretadas é exigência fundamental para a atuação de qualquer intérprete nas diversas línguas e que este aspecto frequentemente é desrespeitado na prática dos ILS que atuam no espaço escolar. (Lacerda, 2005, p.53)

Dentro da instituição analisada os (as) educadores (as) não têm domínio da Língua de Sinais (já foi promovido cursos de Libras na modalidade básica e o oferecimento de gratificações¹⁸ para os que trabalham com esses alunos), o que provoca um descompromisso por parte dos mesmos com relação a essa clientela. É de grande importância que o (a) professor (a) regente conheça a Língua de Sinais, pois não é só do intérprete a responsabilidade da educação do (a) surdo (a), como argumenta Lacerda (2005): “é durante as aulas, nos momentos de ministrar conteúdos que o intérprete de sinais atua, mas, na hora das dúvidas, de questões, espera-se que o professor possa atender diretamente ao aluno surdo, pedindo ajuda ao intérprete apenas se necessário”. Esse domínio por parte do (a) educador tornaria a aula mais participativa e o (a) aluno (a) surdo (a) sentir-se-ia mais valorizado, além de evidenciar uma inclusão mais eficiente.

¹⁸ A gratificação pode chegar até 15% em cima do valor do salário.

Em muitos casos o papel do (a) ILS é confundido com a do (a) professor (a), o que não pode ocorrer. São postos diferentes que se correlacionam. A função do (a) professor (a) é planejar as aulas objetivando a inclusão de todos os estudantes, transmitirem os conteúdos e avaliar a aprendizagem dos mesmos; a do (a) intérprete é sinalizar e colaborar com o (a) professor (a) na tentativa de melhoramento da educação para os (as) surdos (as), por isso o simples fato de colocar um (a) intérprete em sala de aula não deixa evidente uma inclusão, é necessário que todos os órgãos e setores estejam ligados nesse projeto.

Para desempenhar o posto de intérprete segundo a Lei 10.436/02 no artigo 19 temos: “para exercer a função de intérprete é necessário ter nível superior, ser ouvinte, com fluência em libras e com aprovação na Proficiência”, o que efetivamente não acontece no município de Guarabira devido a pouca abrangência da formação adequada nesse setor, muito dos (as) intérpretes que desempenham esse papel possui o curso técnico de sinais oferecidos pela FUNAD ou estão vinculados a instituições religiosas, que oferecem trabalhos para esse público, o que não é suficiente para exercer esse cargo porque o ILS deve ter conhecimento além da Língua de Sinais.

O ato de interpretar requer da pessoa uma postura coerente, isso se deve ao fato da seleção de fatos que devem ser escolhidos para a realização da interpretação, pois o (a) intérprete pode excluir ou silenciar muitos eventos o qual poderia ser importante para o (a) auditivo (a). É bom deixar claro que a profissão é pouco vinculada e discutida nas academias, sua participação nesse processo educacional deve ser pensada e pesquisada.

Análise do questionário: a falados familiares e dos (as) deficientes auditivos (as)¹⁹

Na visão dos familiares o ingresso dos deficientes auditivos na escola foi de grande valia, pois contribuiu na relação afetiva, social, dos mesmos com seus parentes; auxiliou na construção de uma comunicação efetiva utilizada pela Língua de Sinais, uma vez que muitos dos (as) alunos (as) citados são filhos (as) de pais ouvintes, o que dificultava uma interlocução. Então, ao entrar na escola, os (as) estudantes aprenderam e, conseqüentemente, seus familiares uma maneira de se comunicarem.

A grande maioria dos parentes analisados dá grande valor à escola, a educação inclusiva, aos professores e as intérpretes, mas, segundo eles, foram às intérpretes que

¹⁹ Perguntas feitas, Que idade ingressou na escola, quais mudanças trouxeram na vida dos alunos após o ingresso na escola, o que a família pensa sobre a educação inclusiva, qual a visão da família com relação a escola e as intérpretes?

contribuíram para a quebra das barreiras na comunicação existente entre eles e seus filhos (as); ajudou-os (as) a aprenderem os conteúdos educacionais em certos casos até na formação social dos mesmos.

Análise da entrevista dos (as) professores (as)

Para os (as) professores de História trabalhar com os (as) deficientes nas salas regulares é um desafio a ser enfrentado isso porque a grande maioria não foi capacitada para lidar com esse novo público em sua formação acadêmica, mas recebem das instâncias governamentais gratificações salariais ao receberem essa clientela então admitem estarem buscando melhoramentos para recebê-los de forma mais apropriada, eles (as) agradecem por ter na escola a disposição às intérpretes grande auxiliar na comunicação, no desenvolvimento cognitivo dos surdos e até na vida pessoal dos mesmos, deixam claro que a princípio a transmissão, a avaliação dos surdos estão de certa forma sobre a responsabilidade das intérpretes isso devido às mesmas terem conhecimento da Língua de Sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que no município de Guarabira muitas atitudes devem ser realizadas para a efetiva inclusão dos (as) deficientes, no caso dos (as) surdos (as) não é só colocar um intérprete ou alguém que tenha conhecimento mínimo de Libras, fazer projetos na instituição difundindo a linguagem, cursos, palestras, eventos, além disso, é primordial que os professores regentes em especial e, demais funcionários das escolas se disponibilizem a aprender a Língua de Sinais, porque facilitaria a aprendizagem e despertaria neles uma maior autoestima, pois os seus pares estariam se expandindo.

A prefeitura deveria disponibilizar mais recursos, filiar-se ao governo Estadual e Federal, bem como, outras instituições para conseguir mais investimentos, cursos de capacitação, lembrando sempre que incluir é Lei, portanto um direito que os assiste.

Afirmo que a proposta de inclusão em Guarabira necessita de um olhar mais efetivo, mas fico ao mesmo tempo feliz, pois percebo que se comparado a outras localidades estamos dando os primeiros passos. Sei que temos muito a conquistar, mas posso afirmar que estamos buscando fazer o diferencial.

Com relação ao ensino de História para os (as) deficientes auditivos, se for algo bem planejado pelos (as) professores, direção escolar, junto com os (as) intérpretes contribuirá na

formação de cidadãos cada vez mais conscientes, além de promover uma efetiva participação desse grupo na sociedade mostrando que os mesmos são capazes de elaborar sua própria história.

Dentro da temática proposta varias inquietações podem ser desenvolvidas por outros sujeitos, em áreas diversificadas como a questão do livro didático não fazer nenhuma alusão de conteúdo aos deficientes auditivos, as diferenças existentes entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa no que dizem respeito a sua estrutura, as divergências existentes entres os personagens (intérprete e professor), são eixos que podem e devem ser desenvolvido de maneira mais abrangente.

A inclusão é um projeto magnífico desde que seja desenvolvido com responsabilidade e competência. Portanto finalizo deixando a proposta para você educador de todos os níveis educacionais e demais profissionais: vamos lutar por essa causa que é nobre, vamos “dar voz” a quem por muito tempo foi silenciado. Lembre-se: somos historiadores e não temos pretensões de excluir ninguém da História.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the relationship of Teaching History for the deaf in the city of Guarabira specifically Edivardo Toscano Educational Center, showing the relationship between (the) the deaf, the (the) teachers and interpreters. Shows how the process is being developed for inclusion, and the consequent development of learning in this group that for decades, was isolated from the school community, shows that the assimilation of the contents of history by this group is restricted to your locality, where his definition of time is linked to the present (present tense) not achieving these direct your gaze to a more distant past. The methodology was applied to the questionnaires, particularly with two groups: the deaf and interpreters as well as interviews with (the) teachers and own observation in the classroom. For this study we dialogue with those with some theoretical references : Lacerda (2005), Costa (2009) ; Magalhães (2003) , Ferreira (2000) among others . Finally we consider include not only put inside the classroom, but this is beyond practice.

Keywords: Teaching of History . Deaf . Inclusion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *LDB-Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

- COSTA, V.Alves da. Ensino de história e educação inclusiva: suas dimensões formativas. In: Ana Maria Monteiro; Arlette Medeiros Gasparello; Marcelo de Souza Magalhães. (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. 2ºed. Rio de Janeiro: Mauad x Faperj, 2009.v. 2, p.253-262.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis. v.94,nº3,p.111-124,maio/junho,2000.
- FONSECA, Thais Nívea de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.15-36.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez, e educação*. 4 ed. Revista- Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- LACERDA, Cristina. B. F. de. *Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- LACERDA, Cristina. B.F. de. *A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais*. Contrapontos, Itajaí, v. 5, p. 353-367, 2005.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *História e cidadania: porque ensinar história hoje*. In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*: Rios de Janeiro: Casa da palavra, 2003.
- VELOSO, Éden & MAIA, Valdeci. *Aprenda Libras com Eficiência e rapidez*. 1 ed. Curitiba: Mão Sinais, 2009.